

XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB 2013)
GT 5 – Política e Economia da Informação

Comunicação Oral

**ASCENSÃO E QUEDA DA UTOPIA TECNOLIBERAL: A DIALÉTICA DA
LIBERDADE SOCIOTÉCNICA**

Arthur Coelho Bezerra – IBICT

Marco Schneider – IBICT/UFF

Gustavo Silva Saldanha – IBICTI-UNIRIO

Resumo

O presente estudo visa discutir, a partir das recentes manifestações ocorridas no Brasil e no mundo, a construção e a derrocada da utopia tecnoliberal. Identifica-se aqui o discurso tecnoliberal como aquele que se construiu por trás das revoluções tecnológicas da informação e da comunicação e que se estabeleceu sob o slogan da liberdade de criação e de expressão em paralelo à apropriação da internet em escala mundial. A partir de uma dialética debruçada sobre a ideia de liberdade sociotécnica, o estudo procura identificar as contradições entre o discurso que tece uma “boa web” e os usos efetivos que em grande medida o contrariam. A reflexão aponta para as fragilidades, no contexto amplo da Modernidade, de tal utopia perante as transformações sociais anteriores e aquelas em curso. As formas midiáticas de apresentação e de avaliação dos acontecimentos recentes, vinculadas às crises de representação dos estados nacionais, são tomadas como exemplos da queda de tal utopia, ou, no mínimo, da explicitação de sua incapacidade de resolver os dilemas sociais do mundo moderno e de sua tentativa de esconder os modelos de ação vigentes focados no controle e na manipulação do discurso.

Palavras-chave: Utopia tecnoliberal. Internet. Liberdade.

Abstract

This study aims to discuss, from the recent political events in Brazil and the world, the construction and collapse of tecnoliberal utopia, identified as one that was built upon the technological revolutions of information and communication established under the slogan of freedom of creation and expression, in parallel to the appropriation of the Internet worldwide. From a dialectical bent over the idea of sociotechnical freedom, the study seeks to identify the contradictions between the discourse that weaves a "good web" and its effective uses that may point towards the opposite direction. The reflection points to weaknesses of such utopia, before the earlier social transformations and those in progress. The media forms of presentation and evaluation of recent events linked to the representation crisis of national states are taken as examples of the fall of such utopia, or at least, the explanation of its inability to solve the social dilemmas of the modern world and the attempt to hide the existing models of action focused on the control and manipulation of discourse.

Keywords: Tecnoliberal Utopia. Internet. Freedom.

1 INTRODUÇÃO

É compreensível que uma mídia interativa e aberta à participação de qualquer pessoa com acesso a computador e internet – desde que provida da competência informacional

mínima, que lhe permita de algum modo operar o primeiro e orientar-se na última – traga perspectivas positivas para a emancipação de uma série de aspectos da vida do homem em sociedade. Deve-se reconhecer também que a popularização das tecnologias da linguagem, que permitem a interação livre dos agentes, abre horizontes para que estes se tornem sujeitos ativamente engajados no processo de comunicação, descentralizando a disseminação de conteúdo e contribuindo para a democratização do acesso a esse conteúdo. A perspectiva do indivíduo integrado à sociedade através da rede de computadores é caracterizada por conferir aos agentes uma dimensão de poder substancialmente mais autônoma do que aquela alcançada no século passado, durante a era de hegemonia das indústrias de conteúdo.

Não obstante, cabe lembrar que o aproveitamento das potencialidades tecnológicas, trazidas pela comunicação intensificada pelo usos de tecnologias da linguagem, tem seu direcionamento forjado pela cultura presente na sociedade. É a cultura, *locus* dos valores sociais e visões de mundo, que determina, em última instância, os usos que serão feitos da tecnologia. Daí que a especulação sobre esses usos deve ser precedida de uma observação acerca do tipo de cultura que se manifesta na sociedade em questão¹. Esse exercício reflexivo permitiria descentrar o olhar de uma “filosofia da informação” em franco desenvolvimento, delimitada pela tecnologia, por uma filosofia dos usos e apropriações da cultura, transversalizada, também, pelo tecido tecnológico.

Trata-se de uma cultura ainda fortemente tensionada pela divisão da sociedade em proprietários e não proprietários dos meios de produção, isto é, cindida entre os que detém, em maior ou menor escala, o controle das forças e processo produtivos. É a correlação de forças e a intensidade desse tensionamento, a cada momento, que estabelecem quem são os maiores ou menores beneficiários de seus frutos. Ora, na medida em que o componente informacional do processo adquire uma nova centralidade, a disputa em torno de sua apropriação converte-se em uma das mais importantes de nossa época.

Há que se considerar de especial importância, aqui, a questão da forma e da escala dos controles dos processos informacionais. Isso por que uma de suas marcas é a crescente pregnância global, em todas as áreas da vida; outra, sua natureza descentralizada, que traz

¹ Sobre a questão dos usos da tecnologia na cultura contemporânea, ver Schneider, 2012. Internet e Cidadania nas periferias do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.ec.ubi.pt/ec/12/pdf/EC12-2012Dez-14.pdf>. Acesso em 10 de agosto de 2013.

consigo um auspicioso potencial democratizante; por fim, sua vulnerabilidade à vigilância de alguns poucos governos e megacorporações, em especial dos EUA, que têm o poder de identificar, espionar e eliminar os competidores ou indesejáveis.

Por essas razões, talvez possamos enxergar tanto nos elementos mais libertários quanto naqueles mais “sinistros” da rede, bem como nos discursos que lhes servem de corolário, a expressão de uma disputa em torno de regimes de propriedade na internet: espaço público ou privado? Há que se compreender, nessa dimensão da cultura contemporânea, que toda forma de determinar a organização da sociedade a partir de uma perspectiva esquemática traz consigo as mesmas forças intrassimbólicas. Em outras palavras, pensar uma sociedade através de uma cadeia hierárquica ou de uma rede não oculta nem reduz a ausência de distribuição de poder e de relações de submissão.

O desenvolvimento da modernidade é acompanhado, desde o século XVI, pela elaboração de projetos em torno do controle bibliográfico universal. Esses projetos permitiriam tanto uma visão libertária, de conhecimento para todos, como de uma visão reacionária, de criação de mecanismos para o cerceamento e para a censura sobre os bens culturais passíveis ou não de produção e/ou circulação. As primeiras leis ligadas ao depósito legal – o controle do discurso manifestado através de mídias – são, simultaneamente, mecanismos de memória e de definição de limites do social discursado.

Diante das grandes manifestações dos meses de junho e de julho que se distribuíram pelo Brasil, além dos demais acontecimentos internacionais recentes, anteriores e/ou contemporâneos, a proposta deste trabalho é discutir como a utopia tecnoliberal construiu seu discurso de liberdade sob uma plataforma de controle social que se apoiava, justamente, na alegada “infraestrutura do livre discurso”. Adotamos, para tal, uma perspectiva bibliográfica e crítica, dialogando com conceitos, abordagens e fatos que permitem identificar, na atualidade, as relações entre ascensão e queda do projeto libertário tecnoliberal.

Quanto aos objetivos, o que este artigo pretende é discutir dois grandes panoramas que se apresentam como questões sociais de extrema importância para a compreensão, sob o ponto de vista dos estudos da informação, dos atuais problemas enfrentados pela sociedade. Em primeiro lugar, argumentaremos que a “mídia oficial” continua tendo um grande papel na (des)informação, usando como estudo de caso a cobertura das manifestações recentes e a agenda de reivindicações que é destacada pela mídia. Posteriormente, como objetivo central, buscaremos mostrar como a suposta “liberdade” que as TICs trazem para a produção,

distribuição e consumo de informação, na verdade, se insere em um panorama de um controle cada vez maior, com as redes de espionagem colocando em risco a privacidade de indivíduos, a proteção de segredos comerciais de setores econômicos e a própria soberania de nações.

2 A UTOPIA DA LIBERDADE SOCIOTÉCNICA

A participação dos agentes nos processos de produção, distribuição e consumo de informação e cultura foi e continua sendo apontada por muitos como a força pavimentadora das estradas que levam ao exercício da cidadania. Talvez por esse motivo, alguns pesquisadores da cibercultura, como Henry Jenkins (2009) e Dan Gillmor (2005), convenceram-se do potencial democrático da internet e apressaram-se em coroar o que viram como o ressurgimento de uma esperança em um novo modelo de sociedade, marcado pela democracia eletrônica. Mesmo diante das tentativas de co-construção, na Modernidade (e, principalmente, na virada do século XIX para o século XX), das relações arriscadas entre projetos de acesso ao conhecimento, uso de tecnologias e discurso de liberdade, após a primeira metade do século XX tal utopia se multiplicou de maneira incontrolável.

Para os autores mencionados, estaria ocorrendo um processo de *democratização* da informação, desde o desenvolvimento e disseminação do uso da rede mundial de computadores, com as páginas virtuais servindo de veículos para a formação de uma sociedade portadora de uma maior consciência cívica. A cibercultura teria no ciberespaço o cenário propício para o surgimento do que Rüdiger (2011, p. 29-31) chamou de “economia moral da informação”, modelo que estaria baseado no trânsito livre, justo e democrático de ideias.

Na perspectiva da “boa web”, ficam negligenciados da marcha utópica os aspectos dicotômicos já inaugurados por outras “mídias”. O advento da interatividade e a redução dos custos para aquisição de dispositivos domésticos e móveis de conexão à rede, intensificados entre os anos 1980 e 1990, atuaram como juízos contraculturais na definição pessimista da rede das redes. A “web” seria boa, diferentemente das demais “mídias”, pois permite ser reconstituída a cada dia pelo discurso do outro e pela inteligência produtiva em colaboração. As dicotomias das “mídias de massa”, como produtor versus consumidor, donos dos meios de comunicação versus receptores alienados dos produtos culturais, não seriam aplicadas à realidade cultural da rede das redes.

Dentre aqueles que subscrevem os argumentos citados, talvez o mais conhecido seja Pierre Lévy. Defensor de uma tecnoutopia liberal segundo a qual as redes estimulariam o aparecimento de uma nova ecologia cognitiva que permitiria a expansão da cidadania, Lévy parece ignorar as contradições internas do modelo liberal. Apesar de passar o primeiro capítulo do livro *Cibercultura* (LÉVY, 1999) ressaltando as relações interdependentes entre técnica, sociedade e cultura, sua leitura recai em um determinismo tecnológico reducionista, de coloração McLuhaniana, que abrange desde a crítica à apropriação da escrita pelas elites da antiguidade mesopotâmica (LÉVY, 2007) a seu elogio da internet (LÉVY, 1999).

Nas primeiras páginas do livro *Inteligência coletiva*, lemos:

O problema da **inteligência coletiva** é descobrir ou inventar **um além da escrita, um além da linguagem** tal que o tratamento da informação seja distribuído e coordenado por toda parte, que não seja mais o apanágio de órgãos sociais separados, mas se integre naturalmente, pelo contrário, a todas as atividades humanas, volte às mãos de cada um. (LÉVY, 2007, p. 17, grifo nosso)

Para Lévy, o “preço” da escrita, desde suas origens na Mesopotâmia, é o: “(...) de uma divisão das sociedades entre uma máquina burocrática de tratamento da informação, operando por meio da escrita, de um lado, e pessoas ‘administradas’, de outro.” (LÉVY, 2007, p. 17). Ora, a escrita surgiu, na Mesopotâmia, como um expediente da contabilidade dos tributos, mais ou menos junto à moeda². Não teria sido, pois, a escrita, a responsável pela divisão da sociedade entre administradores e administrados, mas, ao contrário, a necessidade prática de se administrar uma divisão desigual de riqueza monetária e de seus fluxos – decorrentes do produto excedente do trabalho escravo e dos pobres livres – que originou a escrita, preservando-a dos não iniciados, sobretudo daqueles excluídos da posse e do controle da riqueza, precisamente os escravos e os pobres livres. De modo similar, no Egito³, onde surgiu, pouco depois, a segunda forma conhecida de escrita, seu papel burocrático, sagrado ou simplesmente narrativo “separado” não se deve à escrita em si, mas à divisão do trabalho em intelectual e braçal, normativo (religião) ou administrativo (burocracia) e de execução. Essa

2 BOTTÉRO, J. A Escrita e a formação da inteligência na Mesopotâmia antiga. In: BOTTÉRO, J.; MORRISON, K. *Cultura, Pensamento e Escrita*. São Paulo: Ática, p.9-46, 1995.

3 GIOVANNINNI, Barbara. Assim o homem inventou a comunicação. In: GIOVANNINNI, Giovanni (Coord.). *Evolução da Comunicação: do sílex ao silício*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

divisão, por sua vez, remete mais uma vez à divisão social entre proprietários e não proprietários, senhor e escravo.

Não é, nem nunca foi, o “tratamento da informação” que divide a sociedade em pessoas que comandam e pessoas “administradas”, é essa divisão que fez com que a administração e o “tratamento da informação” permanecessem, com raras exceções, durante os cinco últimos milênios, “tecnologias” restritas às classes proprietárias.

Outras questões-problema já lançadas no discurso de Pierre Lévy estariam vinculadas aos conceitos centrais de sua utopia, como inteligência e coletividade. A manobra filosófica, de retirar a “inteligência” do ser e da consciência, e lançá-la no social, não é novidade desde o século XIX. O autor, no entanto, esquece-se das questões dialéticas presentes nesse “modelo de inteligência” e, ao mesmo tempo, centra sua revolução não no “social”, mas no tecnológico. Em outras palavras, torna-se “coletiva”, tal “inteligência”, não pela reinauguração de uma ideia de “sociedade”, mas pela inauguração de uma ideia de tecnologia.

Dan Gillmor (2005) é outro autor que demonstra seu entusiasmo com o potencial democrático trazido pelas redes digitais. Em *Nós, os media*, Gillmor celebra o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação que passam a permitir que qualquer pessoa, uma vez conectada à internet, seja proprietária de seu próprio veículo de comunicação. Para o jornalista, a democratização da informação representaria uma ruptura do monopólio exercido pelas empresas midiáticas, obrigando-as a levar em consideração as opiniões, apontamentos e outras intervenções dos consumidores que, agora, colocam-se como potenciais produtores de conteúdo.

Segundo essa visão, táticas de “manipulação” de notícias por conta de interesses políticos e econômicos cairiam por terra. Seria impossível, por exemplo, que se repetissem casos como o da criticada cobertura da TV Globo do comício das Diretas Já em São Paulo, em 25 de janeiro de 1984. O comício, que reuniu dezenas de milhares de pessoas na Praça da Sé para defender a restauração das eleições diretas para a presidência da república, foi associado pelo telejornal da emissora às comemorações pelo aniversário de 430 anos da cidade, omitindo-se os reais motivos que levaram o povo às ruas naquele delicado momento que encerrava o período ditatorial no Brasil. Tal manobra, segundo a utopia tecnoliberal aqui discutida, seria quase impossível de ocorrer em um mundo povoado por blogueiros, twitteiros e demais produtores amadores de conteúdo desligados de interesses econômicos e políticos.

Outros autores também se curvam diante da fé no progresso benigno da informática, que desemboca na produção de uma cultura da participação (SHIRKY, 2011) marcada pelo acesso gratuito (na versão *free* de Anderson, 2009) e livre (na versão *free* de Lessig, 2004) dos bens culturais disponíveis. Há, ainda, aqueles que apontam o desenvolvimento de práticas de ciberativismo, nas quais grupos de ativistas se valem da rede de computadores para a disseminação de manifestos, abaixo-assinados e denúncias. A internet também é o veículo usado para a divulgação de movimentos e passeatas que acontecem no ambiente *offline* das ruas, como nos recentes casos das marchas pela liberdade de expressão, pelos direitos iguais das mulheres (marcha das vadias), pela legalização da maconha e do casamento de homossexuais, entre outras agendas políticas. Em 2011, rádios, jornais, TVs e páginas virtuais deram ampla cobertura ao uso de redes sociais (especialmente o Twitter) por internautas para organizar manifestações públicas durante os conflitos políticos da Líbia, do Egito, da Tunísia e até mesmo nos tumultos ocorridos na Inglaterra.

Mais recentemente, as ruas do Brasil foram tomadas por gigantescas mobilizações. Inicialmente desencadeadas na forma de protestos contra o aumento das passagens de ônibus em São Paulo, desdobraram-se pelo país, com as mais variadas pautas. O Facebook teve papel de destaque nas convocações e debates subsequentes. Ganharam notoriedade, também, novas formas de produzir e difundir informação, como a descentralização na cobertura jornalística, em tempo real e sem edição, feita pelo Mídia Ninja⁴ e por outros coletivos dedicados ao webjornalismo.

Quanto a essa questão da comunicação alternativa, existe ainda um outro fator de grande importância a ser levado em conta: se por um lado a baixa qualidade estética pode figurar como fator elemento depreciativo da produção amadora disponível na internet, por outro lado deve ser reconhecida a desvinculação dessa produção com os interesses de empresas anunciantes e, eventualmente, de grupos políticos (para os quais a grande mídia tradicional é velha prestadora de contas)⁵.

4 “Ninja”, no caso, além da menção a um tipo de guerreiro do Japão feudal, popularizado pelo cinema, é um acrônimo de “narrativas independentes, jornalismo e ação”. Ver: <https://www.facebook.com/midiaNINJA>. Acesso em 9 de agosto de 2013.

5 O uso de dinheiro público ou privado – seja através de doações, investimentos ou pela captação de recursos através de editais de renúncia fiscal – e as consequentes prestações de contas com as instituições apoiadoras foi uma das questões mais debatidas nas perguntas sobre a sustentabilidade do modelo de negócios do Mídia Ninja,

Como se sabe, conglomerados de mídia gozam de liberdade de expressão restrita ao ponto em que esta passa a ameaçar os seus próprios interesses econômicos, bem como os de seus aliados políticos e os das empresas que lhes sustentam por meio da compra de espaço publicitário. Já a grande maioria dos *blogueiros*, *twitteiros* e demais produtores amadores de conteúdo é formada por autônomos que prescindem de patrocínio ou retorno financeiro. Ainda que esses produtores amadores possam ser acusados de advogar em causa própria, frequentemente o fazem de maneira aberta, ao contrário do que acontece em torno do mito da imparcialidade jornalística da grande mídia. Pesando os prós e os contras, é possível entender por que certos autores consideram que, ao gerar queda de qualidade, mas também dispersão dos centros irradiadores de cultura e informação, o aumento do acesso às ferramentas de criação de conteúdos fecha a balança dos ganhos sociais com saldo positivo.

3 A CRÍTICA À ECONOMIA MORAL DA INFORMAÇÃO

Considerar a utopia tecnoliberal seria, necessariamente, identificar a estrutura frágil que a faz ascender e, ao mesmo tempo, debilita suas próprias bases ideológicas. A edificação de um certo “estado de bem-estar informacional”, sob slogans como “sociedade do conhecimento” e “inteligência coletiva” faz emergir um espírito de transformação permanente que, uma vez fotografado em cada momento, releva sua inércia social.

Nada parece indicar que o panorama cultural responsável pela constituição da visão de mundo do homem urbano moderno tenha se alterado nas últimas décadas: continuamos, tal qual nossos antepassados recentes, imersos em uma cultura que tem o individualismo como valor supremo, espiritualmente amarrados ao que Simmel chama de *Deus-dinheiro* e orientados para o consumo massificado de bens culturais, informação e propaganda.

Essa leitura é facilmente interpretada na identificação das redes como espaços de produção em larga escala de uma “cultura do ‘por si’”, ou “cultura do ego”, explicitada via uma “inteligência estética ultraindividual”. Tais fenômenos são co-constitutivos das manifestadas indicações de coletivos e de inteligências colaborativas. Perfis em redes (perigosamente predicadas como “sociais”), blogs e microblogs são, ao mesmo tempo, forças de mobilização de grupos autônomos como energia egocêntrica de banalidades pessoais. O

consumo de interfaces e aforismos choca-se contra a apropriação crítica das gangrenas de cada imagem, que ocultam a trama social que as produziu, silenciosamente, muita das vezes, sem o próprio autor desconfiar, imerso que está na onda digital do infoimperativo – preciso publicar, preciso “ser” em rede.

Outra questão de oposição à utopia da “boa web” é perceber como a rede das redes é, hoje, o grande canal de fluxo e de proliferação dos preconceitos e das lutas de classe, não mais de maneira velada. As mídias da linguagem pós-internet (também perigosamente predicadas como “sociais”) trazem, frontalmente, batalhas diárias entre negros e brancos, entre sulistas e nordestinos, entre mulheres e homens. A “boa web”, nesse sentido, nada mais é do que a estampa suja de um discurso já tecido no radicalismo das lutas sociais, anteriores e atuais.

As questões abordadas trazem dois grandes dilemas que abrem as veias da utopia tecnoliberal: o uso ideológico do conceito de “sociedade”, a partir da predicação ilimitada de seus feitos como “sociais”; a campanha de um “infoimperativo” que atropela e devasta culturas não conectadas, demarcando o “fora da rede”, como “fora do social” (a rede, em um primeiro momento, quando ainda não era capaz de dominar o fluxo econômico, tomada como um sonho de ficção científica e fruto de crítica de e-ludistas, agora é compreendida como o único “real” possível, pois lá está a moeda, seu fracasso, seu sucesso).

É assim que a economia moral da informação traduziu as ações, hegemônicas ou não, como um “todo social”. É assim que tal economia passou a classificar os indivíduos em “sociais” e “inteligentes”, desde que integrados à realidade em rede. O infoimperativo define um êxodo técnico do analógico para o digital pregando a esperança da liberdade, de acesso aos bens culturais e de prazer ilimitado. Nesse movimento migratório estão as deficiências técnicas e informacionais de cada comunidade de indivíduos, os preconceitos de toda ordem e natureza, as diferenças de renda e patrimônio presentes na “realidade analógica”. As filosofias da informação oscilam entre os problemas da utopia humanista clássica (antiecológica e antimulticultural, por exemplo), e um neohumanismo digital, sem bandeira, que aponta para a humanização de tudo, de coisas, vegetais, animais, e até (em certas vezes, no último dos casos) homens (e, por último, se existente, mulheres). O “social”, em ambas as direções “humanistas”, continua como desafio.

A queda da utopia tecnoliberal está, na atualidade, resumida na condução da apresentação e da avaliação dos acontecimentos recentes da sociedade brasileira. Um olhar sobre a cobertura midiática das recentes manifestações populares mostra que o potencial de manipulação ainda possui forças, ao contrário da liberdade de discurso e discussão “imposta” por uma cultura vivenciada pelo ciberespaço. As mudanças de tom na cobertura realizada pelas principais potências midiáticas do país (como exemplo, o discurso do articulista Arnaldo Jabor), junto da divulgação seletiva, com escolha de pautas pré-definidas, demarcam como há, em descompasso com o discurso libertário das últimas décadas, uma pretensa abertura do acesso aos conteúdos, diretamente regimentada por forças discursivas estanques.

Em um dos muitos debates que se seguiram às manifestações⁶, nos quais cientistas sociais e lideranças de diferentes movimentos foram convocados para avaliar a situação, o professor Pablo Ortellado, da USP, apontou que a atuação da grande imprensa continua a ter grande relevância no panorama sociopolítico atual, vide sua capacidade de “ressignificar o movimento” e transformá-lo “no oposto do que era originalmente”:

Na quarta-feira da semana passada [12/6] – parece um ano, parece lá atrás, mas foi semana passada – o Jornal Nacional fez uma matéria pedindo sangue. Pedindo ordem. (...) Na quinta-feira de manhã [13], dia da manifestação marcada pelo MPL, os dois editoriais da Folha de S.Paulo e do Estado de S.Paulo pediam sangue, pedindo o rigor da polícia. (...) Para a nossa polícia (...) isso é senha para violência irrestrita. (...) E havia uma mobilização muito grande, já superando os padrões brasileiros, e foi uma violência sem precedentes.

Então Arnaldo Jabor, comentarista da Rede Globo que havia desqualificado o movimento, pede desculpas pelo “erro”; a Folha de S.Paulo publica editorial se retratando e, mais interessante – ou “estranho” –, a Veja sai com uma capa sobre “a revolta dos jovens” e indaga: “Depois do preço das passagens, a vez da corrupção e da criminalidade?”. Foi então que surgiram “novas pautas”, inexistentes até então; e é aí que as mobilizações começam a perder o foco.⁷

Ortellado argumenta que era previsível um adensamento na passeata marcada para a segunda-feira (17/6), em São Paulo, por causa da indignação provocada pela violência policial na semana anterior, mas não se previa mais do que 40 mil pessoas na Paulista. Só que

6 Ver http://www.youtube.com/watch?v=Ptbcp_ViTMQ. Acesso em 9 de agosto de 2013.

7 Documento eletrônico. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed752_na_contramao_da_perplexidade. Acesso em: jul. 2013.

apareceram 100 mil: pessoas “completamente despolitizadas”, com “as pautas mais variadas”. Mais significativo: “Várias delas com cartazes com a listinha da Veja”.

3.1. ESPIONAGEM E CONTROLE NA ERA VIRTUAL: A UTOPIA ESCANCARADA

O controle governamental dos cidadãos foi um tema abordado em duas conhecidas célebres obras literárias, de caráter distópico e futurista, escritas ainda na primeira metade do século XX: *Admirável mundo novo*, de Aldous Huxley, e *1984*, de George Orwell. Se o mundo de Orwell era marcado por um regime político totalitário e repressor, cuja vigilância sobre seus cidadãos era mediada por tecnologias de comunicação e expressa no lema “the Big Brother is watching you”, o de Huxley, por sua vez, destacava-se por retratar uma sociedade pacífica e dopada, psicologicamente condicionada a obedecer leis e regras, e orientada a conceber o controle governamental como uma importante engrenagem da civilização estruturada que lhes trazia felicidade.

Embora as visões futuristas de Orwell e Huxley diferissem, a vigilância revelava-se o principal ponto em comum entre as narrativas, conforme destaca Bauman:

O que elas compartilhavam era o pressentimento de um mundo estritamente controlado; da liberdade individual não apenas reduzida a nada ou quase nada, mas agudamente rejeitada por pessoas treinadas a obedecer a ordens e seguir rotinas estabelecidas; de uma pequena elite que manejava todos os cordões – de tal modo que o resto da humanidade poderia passar toda sua vida movendo-se como marionetes (...) quando Orwell e Huxley esboçaram os contornos do trágico futuro, ambos sentiram que a tragédia do mundo era seu ostensivo e incontrolável progresso rumo à separação entre os cada vez mais poderosos e remotos controladores e o resto, cada vez mais destituído de poder e controlado (BAUMAN, 2001, p. 64-65).

Ao denunciar aos jornais *The Washington Post* e *The Guardian* o esquema de vigilância de indivíduos e organizações de todo o mundo pelo governo de Barack Obama, Edward Snowden, ex-consultor da Agência Nacional de Segurança (NSA, na sigla em inglês), retomou a discussão sobre os mecanismos de controle acionados não apenas por governos ditos democráticos. No caso dos EUA, o Patriot Act⁸, promulgado após os ataques de 11 de setembro de 2001 pelo então presidente George W. Bush deu ao governo daquele país o direito de coletar dados telefônicos dos assinantes de operadoras norte-americanas do serviço

8 “Patriot Act” é um acrônimo que significa “Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism Act”.

(como a Verizon, no caso denunciado por Snowden). Além dos dados telefônicos, o programa de vigilância Prism, usado pela NSA, coleta dados de provedores online incluindo email, serviços de chats, vídeos, fotos, dados armazenados, transferências de arquivos, videoconferências e logins, e tem na lista de empresas envolvidas gigantes da internet como Yahoo, Microsoft, Facebook, Google, Paltalk, AOL, Skype e YouTube⁹. Se o barateamento da tecnologia de computação permite certa democratização do acesso a classes mais baixas, também favorece o que Andy Müller-Maguhn chama de “armazenamento em massa – o armazenamento de todas as telecomunicações, todas as chamadas de voz, todo o tráfego de dados, todas as maneiras pelas quais se consomem serviços de mensagem de texto (SMS), bem como conexões à internet” (*apud* ASSANGE et alli, 2013, p. 56).

Embora a motivação alegada para todo esse aparato de vigilância gravite em torno do que Julian Assange e Jacob Applebaum chamam de “os Quatro Cavaleiros do Infoapocalipse: lavagem de dinheiro, drogas, terrorismo e pornografia infantil” (ASSANGE et alli, 2013, p. 87), a denúncia de Snowden revelou que a NSA também levantou dados sobre empresas de petróleo na Venezuela e de energia no México, além de ter mapeado a movimentação das Forças Revolucionárias da Colômbia (Farc)¹⁰. Segundo o jornalista Luciano Martins Costa, “esse tipo de informação privilegiada coloca em xeque o mito da liberdade comercial e, teoricamente, quebra o princípio da igualdade de condições que supostamente governa o capitalismo globalizado”. Como exemplos, Costa cita o risco de uma empresa norte-americana de petróleo conseguir mapear a estratégia de investimentos da Petrobras, ou dos benefícios que o setor agrícola dos Estados Unidos teria a partir do rastreamento de informações do agronegócio brasileiro; “se a espionagem americana no Irã e no Paquistão é motivada por questões de segurança, o monitoramento das comunicações na China e no Brasil deve ter outras razões, uma vez que esses dois países estão fora do mapa principal do terrorismo internacional”¹¹.

9 Disse James Clapper, diretor de Inteligência Nacional: "Os dados coletados sob o programa estão entre as mais importantes e valiosas informações, e são usados para proteger a nação de uma grande variedade de ameaças". Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/nyt/2013-06-07/eua-coletam-secretamente-dados-de-nove-empresas-de-internet.html> Acesso em 9 de agosto de 2013

10 Disponível em: <http://oglobo.globo.com/mundo/espionagem-dos-eua-se-espalhou-pela-america-latina-8966619> Acesso em 9 de Agosto de 2013

11 Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/radios/view/gt_gt_o_big_brother_desmascarado_lt_br_gt_gt_gt_soberania_e_privacidade) Acesso em 9 de Agosto de 2013

A presidência da república brasileira considerou a espionagem norte-americana um caso de violação da soberania do país, e a câmara de deputados aprovou uma moção de repúdio às ações da NSA. No entanto, conforme afirma Ronaldo Lemos, “o mesmo governo que repele a ação dos americanos adota medidas similares por meio da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações)”. Lemos refere-se ao sistema, criado pela citada agência, que permite acessar os registros de todas as ligações telefônicas feitas no país. Além disso, também cita a proposição da Anatel de obrigar empresas de telefonia a revelar à polícia a localização exata de qualquer usuário de celular, “imediatamente e por mera solicitação, sem o controle do Judiciário”.¹²

Como exemplo local mais recente, encontramos a tentativa de regulamentação, via Governo do Estado do Rio de Janeiro, da quebra de sigilo de telefone e de internet para controle das manifestações¹³. O governador Sérgio Cabral, ao propor tal medida, parece se alinhar ao discurso de Barack Obama para justificar as denúncias de Snowden: “você não pode ter 100% de segurança, e então 100% de privacidade e zero de inconveniência”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: SOBRE A DIALÉTICA DA LIBERDADE

Na conhecida crítica de Adorno e Horkheimer à dialética do esclarecimento vemos que, enquanto o iluminismo prometia trazer o conhecimento que libertaria as pessoas das trevas das quais dependiam as religiões para manterem algum tipo de controle sobre os indivíduos, o próprio conhecimento científico, subordinado à lógica do capital, coroava e conferia legitimidade ao novo senhor das sociedades, auferindo-lhe a autoridade da “ciência” para estabelecer um outro tipo de controle, de ordem tecnocrática (ADORNO; HORKHEIMER, 1985). O esclarecimento, na busca da redenção do mundo pelo conhecimento através da razão, forjou, ao mesmo tempo, uma sociedade repressora e totalitária.

¹²Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/07/1308731-analise-reacao-brasileira-a-espionagem-e-antiquada.shtml>) Acesso em 9 de Agosto de 2013

¹³“O decreto do governo estadual do governo do Rio de Janeiro, que criou a Comissão Especial de Investigação de Atos de Vandalismo em Manifestações Públicas (CEIV), publicado no Diário Oficial na segunda-feira (22[.7.13]), estabelece que operadoras de telefonia e provedores de internet têm 24 horas como prazo máximo para atender os pedidos de informações da comissão.” Disponível em: http://www.fndc.org.br/internas.php?p=noticias&cont_key=919949 Acesso em 9 de Agosto de 2013

No presente caso, argumentamos que o desenvolvimento tecnológico, inicialmente, é visto como um fator que contribui para a emancipação das pessoas sobre o controle exercido, por exemplo, pelas mídias que têm o poder de manipular a informação. No entanto, a liberdade de acesso à informação e a múltiplos canais de informação se coaduna com o controle político, exercido por governos como o dos EUA através de redes de espionagem que, em nome do combate ao terrorismo, vigia tudo que é escrito, compartilhado e acessado por cidadãos de diversas partes do mundo. E também devemos lembrar do controle exercido pelas redes sociais e pelo google, que seleciona os links que aparecem para os usuários e assim vale-se de algum tipo de controle sobre a informação acessada.

O racionalismo tecnológico (em voga na cibercultura) conecta-se a forças não racionais historicamente herdadas, o que torna impossível a separação do vanguardismo tecnológico em relação ao elemento primitivo que se encontra “subjetivamente implicado na realização dos objetivos do que é agora chamado de capitalismo pós-industrial ou informacional” (ROBINS, 1996, p. 54). Em outras palavras, o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação deve ser pensado dentro do contexto do sistema econômico capitalista que lhe subjaz, para que se entenda que, se a cibercultura não é diretamente controlada pela classe política ou pelas elites empresariais, como Lévy faz questão de frisar, ela sem dúvida responde às forças do racionalismo econômico ocidental que afetam sua dinâmica, fazendo com que o ciberespaço se assemelhe mais a uma forma ideal de mercado do que a um espaço de cultivo da subjetividade e aprimoramento das relações sociais que travamos com nossos semelhantes (RÜDIGER, 2011, p. 40).

Concluimos que as formas de socialização e o consumo de informação e cultura que se expressam atualmente no ambiente digital, ainda que possam contar com taxas mais expressivas de acesso e interação por parte dos agentes, continuam agenciadas pelas mesmas relações capitalistas de poder encontradas no não tão distante século XX. É esse legado cultural que mantém as manifestações prisioneiras do fetichismo da mercadoria denunciado por Marx, assumindo a forma de “fantasmagorias eletrônicas destinadas à exploração em massa” (RÜDIGER, 2011, p. 50).

Essa dialética da liberdade sociotécnica foi identificada em seus primórdios por Marx e Engels (2013). Como é sabido, já nas primeiras partes do Manifesto Comunista, ambos saudaram o fabuloso desenvolvimento das forças produtivas – o que envolvia os meios de

comunicação e transporte – promovido pela burguesia, nele reconhecendo uma condição indispensável para a tão ansiada passagem do “reino da necessidade” ao “reino da liberdade”. Ao mesmo tempo, sublinharam, em outros termos, que *indispensável* não é o mesmo que *suficiente*, pois tal desenvolvimento, nos limites estreitos das relações de produção vigentes, gerava, com frequência, efeitos colaterais desastrosos. Como ilustração deste processo, eles evocaram a imagem do aprendiz de feiticeiro, que, em dado momento, perde o controle sobre as forças que conjurou, que se voltam contra ele próprio – e contra tudo e todos. A solução seria uma apropriação coletiva dessas forças, reorientadas no sentido do benefício comum.

O que importa reter desta análise é a seguinte lição de ordem metodológica: o desenvolvimento tecnológico precisa ser pensado em articulação com as relações sociais em meio às quais ocorre, em especial aquelas de propriedade e trabalho. É o que faz Walter Benjamin (1996, p. 196), quando nos lembra, em sua crítica à estética do fascismo: “[...] como a utilização *natural*¹⁴ das forças produtivas é bloqueada pelas relações de propriedade, a intensificação dos recursos técnicos, dos ritmos e das fontes de energia exige uma utilização *antinatural*. Essa utilização é encontrada na guerra [...]”

No século XIX, a miserabilização das massas e a intensificação da exploração do trabalho, consequências diretas da própria abundância de recursos e riquezas, foram as expressões mais eloquentes do caráter contraditório do sistema, de sua irracionalidade generalizada, intimamente ligada à extrema racionalidade particular mobilizada pelas empresas e estados concorrentes. No século XX, devemos acrescentar a destruição ambiental promovida pela indústria em geral e o potencial entrópico da indústria bélica; no XXI, o risco de colapso ecológico e de vigilância total. Esses riscos, porém, bem como seus contrapesos positivos – o desenvolvimento da medicina, da produtividade agrícola, o potencial comunicativo e informativo da internet etc. –, ou, mais especificamente, a aposta no desenvolvimento utópico ou distópico das redes, será mais ou menos realista conforme sejamos capazes de situar ambas as tendências em meio aos conflitos maiores em torno das relações de produção vigentes e neles intervir. Esses conflitos não serão decididos somente nas redes, mas certamente continuarão passando por elas.

14 Isto é, voltada para satisfação de necessidades humanas.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. 2.ed. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 1985.
- ANDERSON, Chris. *Free: Grátis – o futuro dos preços*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- ASSANGE, Julian et alli. *Cypherpunks: liberdade e o futuro da internet*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores: 2001.
- BENJAMIN, Walter. A Obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: *Obras Escolhidas*. Magia e Técnica. Arte e Política. São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 165-196.
- GILLMOR, Dan. *Nós, os media*. Queluz de Baixo, Barcarena: Editorial Presença, 2005.
- JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2009.
- LESSIG, Lawrence. *Cultura livre: como a grande mídia usa a tecnologia e a lei para bloquear a cultura e controlar a criatividade*. 2004. Disponível em: <http://www.rau-tu.unicamp.br/nou-rau/softwarelivre/document/?view=144> Acesso em: 20 de julho de 2013
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- _____. *Inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo: Loyola, 2007.
- MARX; Karl; ENGELS; F. *O manifesto comunista*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/index.htm>. Acesso em 10 de agosto de 2013.
- ROBINS, Kevin. *Into the image*. Londres: Routledge, 1996.
- RÜDIGER, Francisco. *As teorias da cibercultura: perspectivas, questões e autores*. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- SCHNEIDER, Marco. Internet e Cidadania nas periferias do Rio de Janeiro. *Estudos em Comunicação*, nº 12, dez. 2012, p. 279-292. Disponível em: <http://www.ec.ubi.pt/ec/12/pdf/EC12-2012Dez-14.pdf>. Acesso em 10 de agosto de 2013.

SHIRKY, Clay. *A cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.